

# LETRAMENTO ESCOLAR: ENTRE A TIPOLOGIA TEXTUAL E OS GÊNEROS DO DISCURSO

Luciano Novaes Vidon\*

**Resumo:** Quais as concepções, propostas didático-pedagógicas e práticas de produção de textos dissertativo-argumentativos que encontramos no contexto atual do ensino de língua portuguesa? Essa questão se faz pertinente no momento, tendo-se em conta as mudanças vislumbradas para o ensino de língua portuguesa nos últimos anos, em especial a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1998. Este artigo, com base nas investigações realizadas no âmbito do Projeto de Pesquisa “Subjetividade e dessubjetivação em enunciados argumentativos: gênero, estilo e autoria”, tem como objetivo discutir alguns dados que refletem e refratam o atual estado desse processo ensino-aprendizagem. Com base em uma concepção dialógica de linguagem e de letramento, segundo Bakhtin/Voloshinov (1992), procuramos, neste trabalho, analisar o contexto atual de propostas de redação em exames para ingresso no ensino superior.

**Palavras-chave:** Letramento Escolar. Tipos de Texto. Gêneros do Discurso.

**Abstract:** What are the concepts, didactic and pedagogical proposals and practices of dissertative -argumentative text-production that we find in the current context of Portuguese language teaching ? This question becomes relevant at the moment, taking into account the changes envisioned for the teaching of the Portuguese language in recent years, especially after the publication of the National Curriculum Parameters [PCN] in 1998. It is based on the investigations carried out under the Research Project "Subjectivity and dessubjectivity in argumentative statements: genre, style and authorship" that this article aims at discussing some data which reflects the current state of the teaching-learning process. Based on a dialogical conception of language and of literacy, according to Bakhtin / Voloshinov (1992), we tried, in this work, to analyze the current context of writing proposals in entrance exams for the university.

**Keywords:** School Literacy. Types of Text. Discourse Genres.

## Introdução

Desde 2006, desenvolvemos na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), junto ao Departamento de Línguas e Letras (DLL) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística

---

\* Professor Doutor do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil, pfvidon@gmail.com

(PPGEL), um Projeto de Pesquisa cujo foco principal tem sido a relação entre subjetividade e gêneros discursivos, especialmente, mas não só, em contextos de letramento<sup>1</sup> escolar.

Essa questão se faz pertinente na atualidade tendo-se em conta as mudanças propostas para o ensino de língua portuguesa nos últimos anos. Se considerarmos as críticas levantadas pela linguística, desde os anos sessenta, essa discussão chega a quase cinquenta anos (ver DI PIETRI, 2003, a esse respeito).

Um dos marcos dessas reflexões, como bem nos lembra Rojo (2010), é o trabalho de Geraldi, *O texto na sala de aula*, de 1984, completando, portanto, 30 anos de publicação. Suas ideias antecederam, também, em mais de dez anos, as reflexões e propostas apresentadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa. Uma tentativa regional de implementação dessas “novas” ideias em relação ao ensino de língua portuguesa se deu no Estado de São Paulo, em meados dos anos oitenta, por meio da Secretaria Estadual de Educação, sob o comando do educador Paulo Freire, com participação ativa também do Professor Geraldi (ver DI PIETRI, 2003, a esse respeito).

Neste trabalho, dedicado ao Professor João Wanderley Geraldi, em homenagem aos trinta anos de publicação de “O texto na sala de aula”, procuramos refletir sobre o atual estado do ensino de língua portuguesa no Brasil, especialmente no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem do texto, considerando, por hipótese, que esse processo se encontra no limiar entre uma concepção tradicional “tipológica” e uma concepção contemporânea “genérica”. Índícios desse lugar fronteiro, limítrofe, parecem poder ser encontrados em materiais didáticos, práticas linguístico-pedagógicas, propostas de produção textual e, no limite, em textos produzidos por estudantes. Analisamos, neste momento, dados relativos à produção textual em uma situação de concurso vestibular.

### **Voltando um pouquinho no tempo...**

Em uma perspectiva sócio-histórica, o estabelecimento da noção de texto, de forma mais geral, como analisa, por exemplo, Morrison (1996), nos remete, no mínimo, à antiguidade clássica, mas tem na idade média e, principalmente, na idade moderna, sua consolidação e institucionalização. Esse processo está relacionado à elaboração e organização

---

<sup>1</sup> A respeito da noção de Letramento, recomendamos as leituras de Kleiman (2005), Rojo (2010) e Fiad & Signorini (2012).

do conhecimento, tendo em vista as mudanças históricas e sociais realizadas ao longo desses períodos, o que levou, também, ao estabelecimento da própria noção de texto como produto da cultura escrita.

Nos séculos XII e XIII, a exegese acadêmica instituída pela Escolástica proporcionará a necessidade de aprimoramento da apresentação textual em sua modalidade escrita. Isso se dará, segundo Morrison (id. *ibid.*), particularmente em relação ao uso gramatical e à organização estrutural. Para Morrison, “a escrita cria frases com estruturas mais elaboradas” e impõe limites especiais, que estão fora do desenvolvimento formal da própria língua. Estes limites possuem componentes estruturais que provêm das convenções sociais<sup>2</sup>, as únicas a darem origem a uma lógica interna do texto.

Assim, no mundo moderno, a apresentação do conhecimento sob o formato do texto escrito e também do livro teria proporcionado o desenvolvimento pedagógico da argumentação, com ênfase no aspecto inteligível do texto para tornar o conhecimento mais acessível. Torna-se, desse modo, possível uma sequenciação (um *layout*) do conhecimento, por meio de páginas, parágrafos, capítulos, tópicos, por um lado, no caso do livro, e introdução, desenvolvimento e conclusão, por outro, no caso do texto, produzindo, assim, um efeito de maior clareza, coerência e objetividade na apreensão da argumentação textual.

A organização textual é, em boa parte, uma função da relação entre o pensamento e a estrutura do texto. A estrutura do pensamento é, assim, reproduzida na apresentação física da página, em que o raciocínio e o texto se unem para produzir efeitos conceituais. (p. 174)

A partir, portanto, dessas práticas discursivas (e letradas) de padronização e estabilidade textuais, a princípio para fins de exegese acadêmica, a modernidade conceberá o texto dissertativo (ou expositivo) como a forma de composição usual das academias e das ciências, em especial.

Com a aceitação de métodos racionais como forma de organização dos textos, os códices latinos dos séculos IV e V alteraram o critério histórico de aculturação: a regra não era a ordem alfabética como objetivo único, mas a textualidade como meio de se classificar um material herdado do passado. (p. 183)

Considerando-se, devidamente, todo o longo percurso sócio-histórico de

---

<sup>2</sup> A esse respeito, sugerimos leituras relacionadas à cultura escrita e aspectos sociais e históricos das práticas de letramento, como Kleiman (2005), Gnerre (1991), Soares (1998), entre outros.

desenvolvimento da noção de texto, no interior de uma cultura letrada, como propõe a análise de Morrison, é possível postular a hipótese de inserção da “dissertação” nessa cadeia sócio-histórica. Esse gênero, se assim o interpretarmos, é discursivamente constituído por uma modernidade, segundo a qual a transformação textual do conhecimento, na modalidade escrita, deve ser realizada a partir de critérios objetivos, como clareza, precisão e neutralidade.

### **A emergência da dissertação escolar e sua transição de tipo textual a gênero discursivo**

Com base em Chartier (2009), podemos argumentar que esses pressupostos apontados anteriormente foram incorporados ao ensino do texto nos séculos XVIII e XIX, quando práticas de redação, em especial, da composição dissertativa se estabeleceram nos meios escolares/acadêmicos.

Segundo Chartier (2009), na França, a gênese da atividade escolar de redação se encontra justamente no final do século XIX, quando exercícios medievais de reprodução de modelos textuais clássicos (greco-latinos), no interior de uma concepção retórica de linguagem, predominavam.

Uma perspectiva filológica, epistemologicamente forte naquele momento, dividiu os gêneros retóricos e poéticos em três tipos: narração, descrição e dissertação. O século XX, com o estruturalismo, aprofundaria essa concepção ao se propor a analisar essas tipologias em macroestruturas textuais, no âmbito do que ficou conhecido como “Gramáticas de Texto”. O funcionalismo, por sua vez, operando sob a égide das “funções textuais”, continuaria trabalhando com a mesma taxonomia tripartite - narração, descrição e dissertação, às vezes argumentação.

No Brasil, segundo Gouveia (apud CHARTIER, 2009), a história não teria sido muito diferente, mesmo porque, até bem pouco tempo, nosso espelho cultural (incluindo aí o campo acadêmico pedagógico) foi a França. Esses exercícios retóricos darão lugar à “composição literária” (de variados gêneros), que, ao longo do século XX, será substituída ou dividirá espaço com outras noções, como “expressão escrita”, “redação” e, mais recentemente, por volta dos anos noventa, “produção de textos”.

Desde o final dos anos setenta, no Brasil, a prática pedagógica escolar, principalmente no ensino médio e, em especial, nas instituições particulares, passou a se dedicar, em boa parte, à formação de candidatos ao vestibular. Conseqüentemente, as aulas de Língua

Portuguesa se especializaram, no que concerne ao ensino do texto, na preparação desses candidatos para as provas de redação, o que significava, quase sempre, ensinar as técnicas de escrita de uma “boa dissertação”, tendo como princípios básicos coerência, clareza e precisão, conforme postulam, entre outros, Soares e Nascimento (1978).

A instituição da obrigatoriedade da “prova ou questão de redação em língua portuguesa” nos vestibulares brasileiros, no final dos anos setenta do século passado, será um grande reforço para a eleição da Dissertação como a “forma de composição” ideal para esses exames, por razões como as que propõem Soares e Nascimento (1978, p. v), em seu “Técnicas de Redação”.

É que a DISSERTAÇÃO é a forma de REDAÇÃO mais usual. Com mais frequência é a forma de REDAÇÃO solicitada às pessoas envolvidas com a produção de trabalhos escolares, com a administração e produção de pesquisas em Instituições que fazem Ciência, com a administração e execução técnico-burocráticas de serviços ligados à Indústria, Comércio, etc. A prosa dissertativa é, assim, predominante nos textos de trabalhos escolares, nos textos de produção e divulgação científicas (monografias, ensaios, artigos e relatórios técnico-científicos) e nos textos técnicos-administrativos. Raramente é uma pessoa solicitada a produzir uma descrição ou uma narração; freqüentemente, ao contrário, é solicitada a produzir uma dissertação. [destaques dos autores]

Essa obra que, além de ser reeditada diversas vezes, desencadeará inúmeras outras, é deveras sintomática da concepção de Redação presente naquele contexto sócio-histórico. Estão muito claras, no prefácio, as bases de sustentação da proposta, ancoradas na Teoria da Comunicação, de Roman Jakobson, e em uma concepção cognitivista de texto, na qual a linguagem é tida como expressão do pensamento.

Fazer uma REDAÇÃO significa construir atos de comunicação. Em todo ato de comunicação existe um emissor, sujeito que possui intenções e que as coloca em forma de mensagem, construídas por um conjunto organizado de sinais chamado código, e endereçada a um receptor: o leitor. Fazer uma REDAÇÃO é tarefa de produção de mensagens, concretizadas por um ou mais códigos disponíveis, que materializam diversas intenções, tendo em vista diversos leitores. Neste MANUAL, o objetivo geral e básico é: produzir mensagens, utilizando-se o código Língua. (SOARES e NASCIMENTO, 1978, p. iv)

Tem-se, também, uma visão tipológica de texto, tripartindo-o em descrição, narração e dissertação. Esta última está focada na ideia; ao contrário da narração, que coloca em relevo o fato, e da descrição, que se dedica ao objeto. Na dissertação, “pode-se ter a intenção de

considerar, em relevo, uma ideia em torno de fenômenos ou processos, eventos ou ações que geram fatos e objetos”.

Para os autores (p. iv):

A idéia pode ser uma comparação entre fenômenos ou processos, eventos ou ações, mostrando as suas vantagens, desvantagens; ou pode ser o seu histórico, ressaltando-lhe a origem, estado atual e futuro; ou pode ser uma crítica de seus efeitos, destacando suas influências positivas e negativas, com exemplos que comprovem as críticas feitas. Neste caso, o conteúdo é expresso numa forma de REDAÇÃO chamada DISSERTAÇÃO. Em resumo, a intenção de quem escreve torna específicos o conteúdo e a sua forma de expressão. Neste MANUAL o objetivo é: escrever intenções que apareçam, predominantemente, em conteúdo e forma de DISSERTAÇÃO.

Neste prefácio, também é possível identificar os pressupostos lógico-rationais atribuídos à dissertação, característica que irá justificar a frequência desse tipo de texto nas propostas de vestibulares e concursos públicos: “A estrutura adotada neste MANUAL [está-se referindo aqui à estrutura básica da dissertação – Introdução, Desenvolvimento e Conclusão] apresenta uma feição lógica rigorosa que permite exercitação para uma escrita coerente, clara, precisa.”

Tal característica irá justificar, ainda, a prática pedagógica voltada para esse tipo de texto, considerado, dentro dessa perspectiva, superior aos outros dois (descrição e narração). Em termos curriculares, esse tipo textual é deixado para o final do ensino médio, ao contrário dos outros dois, frequentemente utilizados no ensino fundamental<sup>3</sup>.

Ainda hoje, esses pressupostos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos permanecem difundidos, muito fortemente, nos cursos de redação, nos livros didáticos de Língua Portuguesa, nas aulas de muitos professores, não só de língua portuguesa e redação, e em contextos singulares, para os nossos propósitos, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio, que comentaremos a seguir.

## **ENEM e sua concepção de texto e de dissertação**

---

<sup>3</sup> Em termos linguísticos, o “Manual”, como os próprios autores o denominam, segue uma metodologia fundamentalmente estruturalista, assentada na hipótese geral de que “o processo de escrever” significa “articulação de um conjunto de parágrafos”. Os parágrafos, por sua vez, se realizam como articulação de orações, que, são, enfim, articulação de vocábulos.

Como dissemos anteriormente, podemos encontrar os pressupostos de uma concepção racionalista e tipológica de texto e de dissertação em contexto escolar e, também, contraditoriamente, segundo nossa opinião, em discursos oficiais, como o da proposta de redação do Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio, promovido pelo Ministério da Educação (MEC). Vejamos trechos do Guia da Prova de Redação do Enem 2013:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às “competências” que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese, uma opinião a respeito do tema proposto, apoiada em argumentos consistentes estruturados de forma coerente e coesa, de modo a formar uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Por fim, você deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto que respeite os direitos humanos. (INEP, 2013, p. 7)

Poder-se-ia questionar como o mesmo Estado que estabelece parâmetros curriculares em que a concepção de linguagem predominante, ainda que com todas as ressalvas possíveis, privilegia contextos reais de comunicação e, portanto, uma prática linguístico-pedagógica construída a partir de uma noção discursiva de texto, propõe uma atividade que se funda em uma noção exatamente contrária à anterior.

Tipologia textual: texto dissertativo-argumentativo. Com base na situação problema proposta, o participante deveria expressar sua opinião, ou seja, apresentar uma tese. Para tal, poderia inspirar-se nos textos motivadores, mas sem copiá-los, pois eles devem ser entendidos como instrumentos de fomento de ideias, para que cada um possa construir o seu próprio ponto de vista. Nos parágrafos seguintes, o participante deveria apresentar argumentos e fatos em defesa de seu ponto de vista, inter-relacionados, com coesão e coerência. (p. 25)

O maior problema, a nosso ver, nesse tipo de proposta, é sua concepção de texto e, por consequência, de sujeito, que aliam uma perspectiva estruturalista na análise do texto, ao considerar elementos formais como imprescindíveis para a realização enunciativa, e uma concepção cognitivista de sujeito, em que noções como opinião, tese, argumento são mais psicológicas do que sociológicas ou discursivas.

Ainda que preveja um momento da enunciação como proposta de intervenção na problemática social levantada, os fundamentos teórico-metodológicos da proposta não se enquadram naquilo que pesquisadores como Bawarshi & Reiff (2013) têm denominado

“virada genérica”:

Nos últimos trinta anos, pesquisadores que atuam em diversas disciplinas e em diversos contextos revolucionaram a maneira como pensamos os gêneros, contestando a ideia de que os gêneros seriam simplesmente categorizações de tipos textuais e oferecendo, em vez disso, uma compreensão de gêneros que liga variedades de textos a variedades de ação social. (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 15)

Certamente, não seria exagero afirmar que estamos testemunhando uma espécie de 'virada genérica' nos estudos de retórica e escrita, virada que vem embasando diversos aspectos dos compromissos da área: do ensino da escrita em vários níveis e contextos ao estudo da escrita como forma de ação ideológica e participação social e à pesquisa sobre a escrita, a metacognição e a transferibilidade. (BAWARSHI & REIFF, 2013, p. 19)

Assim, com o advento do conceito de Gêneros do Discurso, a partir, principalmente, do final dos anos noventa (GOMES-SANTOS, 2004; ROJO, 2010), e, conseqüentemente, com as tentativas de revisão da concepção textual tipológica, em que figuravam os textos narrativos, descritivos e dissertativos, o campo do dissertar passou a ser coberto por uma série de modelos textuais, de configurações bastante heterogêneas.

Os enunciados de natureza dissertativo-argumentativa pertencem, hoje, a gêneros variados, realizados em diferentes esferas sociais e discursivas, mais ou menos próximas: ciência, religião, escola, imprensa, trabalho, entre outras. As duas primeiras esferas talvez tenham sido as “esferas constituintes” das demais, caracterizando os seus enunciados por meio do raciocínio lógico, da retórica, na argumentação, e, em geral, da busca de uma interlocução universal.

Essa mudança de perspectiva colocou em xeque a homogeneidade do tipo textual dissertação, presente nos programas de ensino de redação e nas provas de vestibular desde, como vimos, os anos setenta.

Uma perspectiva discursiva, em uma espécie de reencontro com a antiga retórica, só terá espaço com as análises enunciativo-discursivas, iniciadas nos anos cinquenta e sessenta.

No Brasil, essa perspectiva discursiva (sócio interacionista, para muitos) intensificou-se com o aparecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (mas já se esboçava há mais tempo, especialmente no campo dos estudos linguísticos).

A fim de discutir os impactos recentes dessa perspectiva discursiva ou sociointeracionista, analisamos a seguir uma proposta recente de redação de um vestibular de

uma universidade pública brasileira e alguns textos produzidos mediante essa proposta.

### **A prova de redação no contexto dos gêneros discursivos**

A proposta a seguir é um bom exemplo da influência das noções de gêneros do discurso ou gêneros textuais no ensino de língua portuguesa, que tem provocado, de alguma forma, mudanças significativas nas concepções de texto e de produção de texto. Isso é indiciado, nessa proposta, a partir do momento em que não se solicita a ‘redação’ de um ‘texto dissertativo’ ou de uma ‘dissertação’, mas a escrita de um editorial<sup>4</sup>.

Considerando que “trocadilho” é [a] “jogo de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados” e, ainda, [b] “uso de expressão que dá margem a diversas interpretações” (Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa), escreva um editorial com o título “usos e efeitos do trocadilho”, comparando, pelo menos, dois dos exemplos abaixo: jornal, literatura, piada, publicidade.

Alinhando-se às novas concepções textuais e discursivas, a proposta apresenta, como suporte para a textualização do vestibulando, quatro textos ilustrativos, pertencentes a quatro gêneros discursivos diferentes. Esse conjunto de textos forma o que se tem chamado, comumente, de ‘coletânea de textos’. O texto principal é uma matéria de jornal expondo e discutindo uma polêmica em torno de um editorial publicado pelo jornal “Folha de São Paulo”. No referido editorial, publicado em 17 de fevereiro daquele ano (2009), a Folha teria utilizado a expressão “ditabranda” para qualificar a ditadura brasileira dos anos setenta como menos repressiva, em relação a outras ditaduras sulamericanas do período.

A “polêmica da ditabranda” será o mote da proposta, isto é, a questão a ser discutida pelo candidato, tendo em vista o auxílio de outros três textos complementares, todos contendo algum exemplo de trocadilho, pertencentes a três gêneros discursivos diferentes: uma propaganda, uma piada e um texto literário (Ver Anexo).

No entanto, o dado mais significativo, a nosso ver, para os objetivos que temos neste

---

<sup>4</sup> Apesar das mudanças, a proposta mantém uma marca característica das tradicionais. Ela é temática, ou seja, a proposta é elaborada em torno de um tema, no caso, “trocadilho”, e, nesse sentido, não difere, em princípio, das famosas propostas temáticas “Minhas férias”, “Minha escola”, etc.

momento, é a proposta mesmo de escrita de um editorial<sup>5</sup>.

Segundo Benites (2002, p. 43), o editorial seria um ensaio curto que não tem, em geral, “valor permanente”, pois se subordina aos fatos do dia, “de preferência os que tocam mais de perto seus leitores”. Benites cita, a seguir, um comentário do jornalista Marcelo Coelho, colunista da própria Folha de São Paulo, a respeito do livro *Meninas da Noite*, de Gilberto Dimenstein: “Enquanto a notícia apresenta secamente os fatos, de forma irresolvida e material, o editorial comenta, posiciona-se, contesta, interferindo sobre o absurdo que é homeopaticamente apresentado aos leitores todos os dias.” (BENITES, id.).

Tais observações nos fazem relacionar o gênero discursivo Editorial, nessa configuração desenhada por Benites, como um gênero fundamentalmente argumentativo, e não apenas expositivo ou dissertativo. O próprio editorial da Folha, em que se recorre ao trocadilho “ditabranda”, ou o texto exemplificado em 1, na proposta – que, aliás, poderia muito bem servir como um editorial – poderia ilustrar essa natureza argumentativa do gênero.

A proposta, entretanto, não parece apontar nessa direção, levando os candidatos à produção de textos dissertativos “escolarizados”, como os que analisamos a seguir.

### **A enunciação concreta: editorial ou dissertação escolar?**

A língua portuguesa como signo lingüístico inter-relaciona indivíduos por meio de linguagens, quer verbais ou não-verbais. A combinação desses códigos, permite a lógica comunicativa. Porém, a diferenciação seqüencial das palavras ou ambigüidades modificam a intencionalidade do locutor. Ei-lo: o trocadilho.

Utilizado em propagandística, literatura e seguimentos artísticos, o jogo de palavras, denota, em alguns casos, um estilo humorístico ou brincadeiras ao cotidiano. Tal padrão comunicativo, enquadra o leitor em possibilidades interpretativas cabíveis às histórias em quadrinhos, charges, livros. Contudo, desaconselháveis em textos denotativos, em predominância referenciais, cujo principal objetivo do emissor é a informação.

A situação ocorrida no jornal Folha de São Paulo, importante entidade jornalística do Brasil, tipifica o equívoco do trocadilho na expressão “ditabranda”, a admitir descaso ou eufemismo do fato histórico: Período Militar. Nesse contexto a abordagem repercutiu em manifestações por parte dos viventes do período, e professores de universidade, como a Universidade de São Paulo (USP), contrários à titulação. Outros

<sup>5</sup> Franco (2008), em sua dissertação de mestrado, analisa uma proposta semelhante, da mesma universidade, em um vestibular de ano anterior. Diferentemente da proposta analisada por Franco (id.), a que estamos discutindo não está “ambientada” em uma simulação de publicação de um jornal. No contexto analisado por Franco (id.), configurou-se a possibilidade de escrita de um “editorial de apresentação de jornal”, conforme especificado na própria proposta apresentada. No caso em questão, essa possibilidade parece não se colocar. O que se pode vislumbrar, de fato, é a produção de um “editorial de jornal”, no estilo do que teria sido publicado pelo jornal Folha de São Paulo, e que parece ter servido de mote para a proposta.

enquadramentos, como no contexto humorístico é aconselhável ao atribuir maior comissidade.

A língua pátria, como signo vivo, ou seja, detora de significações, é agonizada conforme a racionalidade do emissor no trânsito de informações. No entanto, o uso adequado dos recursos estilísticos, como é o caso do trocadilho, é de suma importância, uma vez que abrange uma gama interpretativa cabíveis ou não a determinado contexto.

A utilização de trocadilhos na literatura ou no dia-a-dia no Brasil vêm de longa data. Por definição, tal recurso nada mais é do que um jogo de palavras que apresenta sonoridades e grafias semelhantes à palavra original, mas com um significado diferente. De modo que seu uso deve obedecer o limite do respeito ao público alvo, para que o comentário não deixe de ser irônico e engraçado e passe a ser pejorativo.

Uma das formas mais comuns de se encontrar trocadilhos são em textos jornalísticos e publicitários. Sendo que o objetivo e os parâmetros utilizados nos dois tipos de textos são completamente diferentes. O primeiro tem como função principal informar a sociedade, por conta disso tende a ser mais sério e coeso do que os demais, assim a utilização de trocadilhos tem como objetivo fazer uma crítica, trazendo ao texto uma certa ironia. Contudo, sua abordagem deve ser feita com cautela. Como por exemplo no texto do “Exemplo 1”, no qual o diretor Otavio Frias Filho cometeu uma gafe ao usar a expressão “ditabranda”, querendo fazer uma comparação da ditadura brasileira com às demais. Neste caso o diretor perdeu o foco do objetivo de um texto jornalístico para expressar uma opinião que desrespeita toda a sociedade brasileira. Já o segundo tem como função principal vender o seu produto. Neste caso a utilização de jogo de palavras tem como objetivo entreter e chamar a atenção do consumidor. Como por exemplo o texto “Exemplo 4” em que numa propaganda de produto de cabelo, a palavra nutrição capilar recebeu elementos visuais remetendo a uma idéia de refeição. Emprego totalmente válido.

Em suma, o uso de trocadilhos tem diferentes funções em determinados tipos de textos e seus efeitos vão depender do tipo de abordagem e da criatividade e habilidade do interlocutor.

Esses dois textos parecem ter o mesmo “projeto”, que se configura, de forma geral, na mesma estrutura composicional e no mesmo tratamento do tema e das instâncias interlocutivas. A estrutura composicional é típica da dissertação escolar, com introdução do tema, definindo-o e caracterizando-o, e seu desenvolvimento, tendo em vista um aspecto polêmico do mesmo. O aspecto polêmico, já previsto na proposta de redação, é a utilização do recurso expressivo do trocadilho e seus efeitos, positivos ou negativos. Após o desenvolvimento do tema e de sua problematização, o enunciador defende o seu ponto de vista, que, em geral, dá um fechamento à exposição realizada.

Vale a pena observar a semelhança entre a estrutura composicional dos segundos parágrafos dos dois textos: ambos abordam, de forma geral, aspectos pragmáticos do

trocadilho, para depois exemplificar com duas situações contrastantes.

Outro traço comum do “projeto” desses dois textos, representativos de um amplo conjunto de textos produzidos em uma situação como essa, é o distanciamento enunciativo em que se coloca o enunciador, seja em relação ao próprio tema enunciado, seja em relação ao seu interlocutor. O tema, como já observamos, é definido, caracterizado, contextualizado, de forma objetiva, buscando-se, sempre, a maior precisão possível. Os interlocutores, por sua vez, não aparecem, figurando, discursivamente, como co-enunciadores dessubjetivados.

Ao concluir, no entanto, do mesmo modo que Franco (2008), que a grande maioria dos candidatos desses vestibulares não consegue escrever um editorial, redigindo, na verdade, uma dissertação escolar, tecnicamente preparada para atender aos pré-requisitos de uma redação de vestibular, isso não significa que os textos produzidos são completamente homogêneos, idênticos. Ao contrário. O que verificamos, ao analisarmos os textos da amostra que colhemos, é que as configurações são heterogêneas, ainda que possam ser enquadradas no interior de um gênero a que denominamos dissertação escolar.

O estilo, por exemplo, do primeiro texto tenta um maior rebuscamento, como nos trechos a seguir:

- (1) “a língua portuguesa, como signo lingüístico.../a língua pátria como...”;
- (2) “propagandística; comissidade”.

Esse rebuscamento é expresso por meio de uma valoração indiciada, em [1], pela sintaxe do enunciado, e, em [2], pelo léxico. Esse rebuscamento pode ser também observado no caráter polifônico presente no parágrafo introdutório desse primeiro texto. O enunciador busca uma explicação linguística para o fenômeno do “trocadilho”, instaurando, no enunciado, uma voz científica, indiciada por termos como “signo linguístico”, “verbais e não-verbais”, “combinação de códigos”, “lógica comunicativa”, entre outros. Vale a pena observar que o segundo texto, ao definir “trocadilho”, também no parágrafo introdutório, não recorre a uma formulação científica, com base em conceitos desenvolvidos pela Linguística. Sua explicação, ao contrário, é mais próxima do senso comum: “Por definição, tal recurso nada mais é do que um jogo de palavras que apresenta sonoridades e grafias semelhantes à palavra original, mas com um significado diferente”.

Há, ainda, outros aspectos singulares que distinguem os dois textos. No primeiro, o

autor conclui, introduzindo o parágrafo com uma estrutura gramatical (léxico-sintática) muito semelhante à do primeiro parágrafo: “A língua portuguesa como signo lingüístico...” / “A língua pátria, como signo vivo...”. Isso indicia uma aposta do autor em um querer-dizer que tenta criar uma imagem de enunciador culto, seja em relação ao objeto de discurso, seja em relação à própria língua. Desse modo, o léxico rebuscado também é resultado dessa criação enunciativa do autor. O segundo texto, por sua vez, opta por introduzir o tema ancorando-o geográfica e historicamente, o que não ocorre na introdução do primeiro texto, realizada de forma mais geral. Aliás, o primeiro texto se mantém, praticamente, o tempo todo, distante do tema problematizado. Já o segundo texto parece se aproximar um pouco do problema discutido, ao situar tempo-especialmente e, também, ao se referir, por exemplo, ao diretor do jornal Folha de São Paulo, Otávio Frias Filho. Outro dado, na mesma direção, que diferencia os dois textos é o fato de o segundo não se dissociar da situação de prova do vestibular, o que é evidenciado pela referência explícita e direta aos exemplos de texto da “coletânea”.

É possível hipotetizar, assim, que o primeiro texto se apropria melhor, no sentido bakhtiniano de apropriação discursiva, isto é, tornar próprio um discurso alheio, do gênero “dissertação escolar”, em sua forma enunciativa prototípica. As principais características desse “protótipo” são a estrutura composicional racional, com introdução-desenvolvimento-conclusão, de forma bastante clara, o tratamento generalizante e universalizante do tema e a dessubjetivação das instâncias interlocutivas.

Por outro lado, não parece ser possível dizer que esses exemplos de texto pertençam, ainda que simuladamente, ao gênero editorial jornalístico. Isso se concebermos esse gênero discursivo, conforme Benites, como essencialmente argumentativo e situado. Isso significaria que o enunciado deveria constituir um elo de uma enunciação polêmica em torno do ponto de vista do jornal FSP sobre a natureza repressora da ditadura militar no Brasil.

## **Conclusão**

Enquanto a dissertação escolar apresenta uma enunciação norteada pela *dessubjetivação* dos parâmetros discursivos elementares, como o tema (objeto de discurso), o cronótopo (espaço-tempo) e os co-enunciadores, um editorial é um gênero que se configura por uma enunciação situada, plenamente inserida na discussão de um fato datado. Enquanto a dissertação escolar se funda em um horizonte discursivo generalizante, universalizante, e,

nesta perspectiva, seu auditório é universal, o editorial é circunstanciado, conjuntural, e seu auditório é, portanto, particular.

Propostas de redação como a que analisamos poderão contribuir, realmente, para um processo de *desescolarização* de gêneros discursivos, como o editorial, o artigo de opinião, a carta argumentativa, entre outros, a partir do momento em que avançar nos aspectos aqui levantados. Em especial, o distanciamento do “objetivismo abstrato” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1992) em que se encontram as tradicionais propostas de “dissertação”, como a defendida pelo Enem, poderá colocar o ensino de texto, no Brasil, no horizonte discursivo de uma efetiva “virada genérica”.

## Referências

BAKHTIN, M./VOLOSHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. *Gênero: História, Teoria, Pesquisa e Ensino*. São Paulo: Parábola, 2013.

BENITES, S. A. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Proleitura, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 1994.

CHARTIER, A. M. *Práticas de leitura e escrita – história e atualidade*. Belo Horizonte-MG: Ceale/Autêntica, 2007.

DI PIETRI, E. *A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FIAD, R.S.; SIGNORINI, I. (Orgs.). *Ensino de Língua*. Das Reformas, das Inquietações e dos Desafios. BH: Editora UFMG, 2012.

FRANCO, K. R. *O gênero editorial em contexto de vestibular*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1984.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GOMES-SANTOS, S. N. *A questão do gênero no Brasil: teorização acadêmico-científica e normatização oficial*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

INEP. *A redação no Enem 2013*. Guia do Participante. INEP/MEC, 2013.

KLEIMAN, A. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MORRISON, K. Estabelecendo o texto: a institucionalização do conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas de argumentação. In: BOTTÉRO, J. et al.. *Cultura, Pensamento e Escrita*. São Paulo: Ática. p. 141-200.

ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SOARES, M. B. *Letramento – um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, MG: CEALE/Autêntica, 1998.

SOARES, M.; NASCIMENTO, E. *Técnicas de Redação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

## **Anexo**

## REDAÇÃO

Considerando que "trocadilho" é [a] "jogo de palavras que apresentam sons semelhantes ou iguais, mas que possuem significados diferentes, de que resultam equívocos por vezes engraçados" e, ainda, [b] "uso de expressão que dá margem a diversas interpretações" (*Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*), escreva um editorial com o título "usos e efeitos do trocadilho", comparando, pelo menos, dois dos exemplos abaixo: jornal, literatura, piada, publicidade.

### EXEMPLO 1: JORNAL

A polêmica da "ditabranda" do editorial da Folha  
Enfim, o diretor de Redação da *Folha de S. Paulo*, Otavio Frias Filho, assumiu que o jornal errou ao utilizar, em editorial publicado no dia 17 de fevereiro, o termo "ditabranda" em referência ao regime militar brasileiro.

A declaração foi publicada na edição de domingo (8/3), um dia após manifestação em frente à sede do jornal.

"O uso da expressão 'ditabranda' em editorial de 17/02 passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis", afirmou.

Entretanto, Frias Filho manteve a posição de considerar a ditadura militar brasileira "menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena - ou que a ditadura cubana, de esquerda".

Se faltava um exemplo de "trocadilho infame", a Folha conseguiu perpetuá-lo em editorial: além de uma injustiça histórica com centenas de militantes de esquerda que morreram e foram torturados nos porões da ditadura, cunhar a expressão "ditabranda" é de lasciar. E lembrar que a Folha se arvora de ter lançado a campanha das Diretas contra a ditadura... ai! ai! ai!

(Disponível em: < <http://23ops.blogspot.com/2009/03/polemica-da-ditabranda-do-editorial-da.html>>. Acesso em: 2 abr 2009.)

### EXEMPLO 2: LITERATURA

Há, no título do livro *Os mortos estão no living*, de Miguel Marvillá, um sutil trocadilho, considerando que o leitor pode, ali, ler literalmente "os mortos estão *no living*", isto é, "os mortos estão *na sala de estar*" e/ou ler "os mortos estão *no living*", ou seja, "os mortos estão *não vivendo*".

### EXEMPLO 3: PIADA

Na escola o professor explicava aos alunos o que era um trocadilho. Depois da lição, o professor pede aos alunos para darem um exemplo de trocadilho:  
— Joãosinho, para ver se você entendeu a lição, faça um trocadilho.

O Joãosinho respondeu:

— É fácil, professor. Eu morava em Florianópolis e agora minha família se mudou para Paquetá.

O professor contestou:

— Mas, Joãosinho, isso não é um trocadilho.

E o Joãosinho:

— Pode não ser um trocadilho, professor, mas é uma troca d'ilha.

(Disponível em: <http://claudiom54.wordpress.com/2005/01/paquet2>. Acesso em: 5 abr 2009.)

### EXEMPLO 4: PROPAGANDA



"Nutrição capilar. Servida nos melhores salões de beleza"; "neste exemplo, o trocadilho visual se dá pelos elementos que representam a refeição. Como se trata da nutrição dos cabelos, o alimento nutritivo que está no prato é o produto da empresa, os talheres são a escova e o pente".

(Disponível em: < <http://www.usars.rdc.puc-rio.br/imagen/site/narrativa/producao/licitno.pdf>. Acesso em: 2 abr 2009.)